



# Câmara Municipal de Guanhães

## ESTADO DE MINAS GERAIS

### PARECER JURÍDICO

**PARECER N°:** 022/2003.

**ASSUNTO:** Análise e emissão de parecer jurídico acerca do Projeto de Lei (028/2003) que dispõe sobre a doação de terreno ao COMBEM.

**CONSULENTE:** Mesa Diretora da Câmara Municipal de Guanhães/MG.

### **RELATÓRIO**

---

Trata-se o presente, de consulta encaminhada pelo Ilmo. Sr. Presidente da Câmara de Vereadores da cidade de Guanhães, visando a análise e a emissão de parecer jurídico, em termos de orientação quanto à legalidade e possíveis vícios que contenham o projeto de Lei acima referido.

O projeto de Lei, de iniciativa do Executivo, visa a revogação da Lei Municipal n° 1.729 de 21 de fevereiro de 1995, bem como pede autorização Legislativa para doação de terreno da municipalidade ao Conselho Municipal do Bem Estar do Menor de Guanhães.

Para análise e parecer, faz-se presente ao expediente o referido projeto de Lei, bem como a referida justificativa exarada pelo chefe do executivo municipal.

Por ser breve, este é o relatório.

### **FUNDAMENTAÇÃO**

---



# **Câmara Municipal de Guanhães**

## **ESTADO DE MINAS GERAIS**

O Prefeito como chefe do Executivo local, tem competência funcional como a da Mesa Diretora da Câmara, das comissões, dos vereadores e, agora, da população para a apresentação de projetos de leis (não resoluções ou de decretos legislativos) à Câmara, e em certos casos sua competência é exclusiva, bem como a da Câmara Municipal.

Diante disto, o executivo municipal, no exercício de suas prerrogativa exclusiva, apresenta o referido projeto de Lei, visando à receber desta casa legislativa a autorização para doação do terreno situado na rua Tenente Horácio Soares, com 2.400,00 metros quadrados, devidamente registrado sob o nº 2461 do Cartório de Registro de Imóveis desta comarca.

Sem adentrarmos ao teor e fundamentação fática da doação, analisamos somente os aspectos intrínsecos e estrínsecos de legalidade do projeto de lei em análise, em caráter meramente objetivo.

A Doação de Patrimônio Público, com as características próprias do COMBEM, encontra regulamentação em nível municipal no artigo 27, § 1º da Lei Orgânica Municipal.

Da análise da supracitada norma legal, depreende-se que todos os trâmites legais para efetivação da autorização para doação obedeceu todos os trâmites legais aplicáveis à espécie, nada obstando o projeto no disposto em seu artigo primeiro.





# **Câmara Municipal de Guanhães**

## **ESTADO DE MINAS GERAIS**

Conforme se nota e se lê do projeto de lei em análise, o terreno sobre o que este versa, já foi objeto de doação ao Estado de Minas Gerais na data de 21/02/1995, contudo esta não se operou na forma de direito, pois o Estado não recebeu formalmente o referido bem imóvel, constando em nome do município do registro do citado imóvel.

O projeto curumim não mais existe, inexistindo o fundamento original da Lei Municipal 1.729/95, sendo, portanto, lícita e justificável a revogação da citada lei, conforme artigo segundo do projeto de lei em análise.

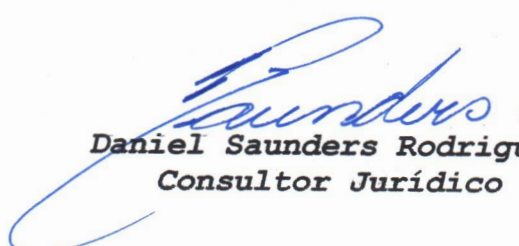
Sendo estas as considerações que entendemos pertinentes para o projeto, passa-se à conclusão.

### **Conclusão**

Posto isso, opinamos pela legalidade e constitucionalidade do projeto de lei 028/2003, e estando a mesma sem vícios legais que impeçam a sua aprovação, opina-se pela votação favorável ao referido projeto por esta augusta Casa Legislativa.

Salvo melhor juízo, é como parece a questão.

Guanhães, 21 de julho de 2003.

  
**Daniel Saunders Rodrigues**  
**Consultor Jurídico**